



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA  
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA  
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL  
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTIC/DEL/DLC/PROAD

**RESPOSTA AO RECURSO**

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Processo n. 23060.000884/2024-79**

**TERMO:** DECISÓRIO

**FEITO:** RECURSO ADMINISTRATIVO (contra)

**REFERÊNCIA:** PREGÃO ELETRÔNICO nº 90008/2025

**I. DAS PRELIMINARES**

Recurso administrativo interposto pela 2MJ MANAUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ/MF sob o nº 28.151.803/0001-66, contra decisão da pregoeira que aceitou e habilitou a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 52.593.051/0001-78 no Pregão nº 90008/2025.

**II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

A doutrina majoritária indica como requisitos de admissibilidade a tempestividade e a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma do ato Administrativo.

A Lei 14.133/2021 assim estabelece:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de

inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de

preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que proferiu o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

O recurso apresentado cumpre o requisito da tempestividade, bem como o da fundamentação, além disso, encontra-se presente o necessário pedido de retificação da decisão, tornando assim, o recurso interposto plenamente admissível.

### III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em resumo a empresa 2MJ MANAUS LTDA alega que "a empresa por ora habilitada apresentou um balanço patrimonial que ultrapassa o limite de faturamento estabelecido na Lei Complementar 123/06".

*"E não obstante o faturamento de R\$ 2.096.033,8 que ultra passa o limite estabelecido na legislação que norteia o certame para uma empresa do porte ME e optante pelo sistema de arrecadação Simples Nacional, além disso, outro ponto a ser observado é a evolução agressiva do faturamento da empresa por ora habilitada que saiu de R\$ 19.160,00 em 2023 para R\$ 2.096.033,80 em 2024, o que leva o questionamento se o balanço patrimonial reflete a real atividade econômica da empresa ou se os lançamentos feitos estão errôneos."*

#### IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em resumo a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA alega que "o recurso apresentado pela empresa falta fundamento e não faz sentido, uma vez que cumprimos rigorosamente todas as exigências estabelecidas."

*"Nossa documentação está em perfeita conformidade com as normas estabelecidas no edital. Reiteramos que todos os documentos de comprovação solicitados no certame foram apresentados, confirmando nosso atendimento ao termo de referência tanto no quesito técnico quanto na habilitação."*

#### V. DA ANÁLISE

O limite de faturamento para o MEI (Microempreendedor Individual) é de R\$ 81 mil anuais, o que equivale a aproximadamente R\$ 6.750 por mês. Para uma Microempresa (ME), o faturamento pode ser de até R\$ 360 mil anuais, enquanto uma Empresa de Pequeno Porte (EPP) pode ter receita entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

Consta no SICAF da Recorrída a informação de que o porte da empresa é de "Micro Empresa", porém ao analisar o seu faturamento em 2024, que foi de R\$ 2.096.033,8, chega-se à conclusão que na verdade ela deveria estar enquadrada como "Empresa de Pequeno Porte". Vejamos o item 4.6 do Edital:

*"4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021."*

Sendo assim, a empresa que está enquadrada tanto como ME quanto EPP irá usufruir dos mesmos direitos, assim como irá marcar este mesmo campo próprio do sistema eletrônico para afirmar que cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006. De fato a empresa necessita corrigir o seu enquadramento no SICAF, como também junto à Receita Federal, se ainda não o fez. Porém este equívoco não é suficiente para que lhe fosse negado o tratamento favorecido, considerando que ele abrange tanto as ME's quanto as EPP's.

Sobre a evolução do faturamento entre os anos de 2023 e 2024, percebe-se que a empresa iniciou suas atividades em outubro de 2023, ou seja, o faturamento daquele ano se refere a apenas 3 meses. Considerando que os balanços foram assinados por profissional habilitado da área contábil e registrados na junta comercial, não há motivo para questionar a sua idoneidade.

Diante das razões apresentadas, passo à decisão.

## VI. DA DECISÃO

Vistos e relatados os pontos da insurgente cumpre manifestar decisão quanto à pretensão ora requerida. Tomada pelo princípio da legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, moralidade, publicidade e dos que lhes são correlatos, **conheço do recurso, mas nego-lhe provimento** pela razões meritórias acima.

Publique-se esta decisão.

**Lorena de Souza Silva Medeiros**

**Pregoeira**



Documento assinado eletronicamente por **LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS, Chefe(a)**, em 15/04/2025, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0675649** e o código CRC **48FDF45B**.

Referência: Processo nº 23060.000884/2024-79

SEI nº 0675649